



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ata da 9ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, referente ao 2º Período da 3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura, realizada no dia 29 de setembro de 2015. _____

1

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, sob a **Presidência do Vereador Júlio César Ferrare Cecotti**, realizou-se a Nona Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–ES, referente ao Segundo Período da Terceira Sessão Legislativa da Sétima Legislatura, com início às quatorze horas e trinta minutos, ocasião em que não foram constatadas ausências. / Na abertura dos trabalhos, o Vereador Rodrigo Pereira Costa fez a leitura da passagem bíblica. / **Rodrigo Pereira Costa, levantando questão de ordem:** — Agradece a presença do grupo da Escola Educacional de Audição, do Lions, liderado pela Rogéria e pela Priscila e informa que cederá dez minutos do seu tempo para que usem a tribuna. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Registra que será feito um minuto de silêncio pelo falecimento da Professora Sônia Coelho. / Em seguida, foi observado um minuto de silêncio, conforme solicitado. / Logo após, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Indicações:** 1800, 1801, 1802, 1803, 1806, 1807, 1808, 1809, 1810, 1811, 1812, 1813 e 1814/2015 – Júlio César Ferrare Cecotti; 1804/2015 – Carlos Renato Lino; 1805, 1821, 1822 e 1823/2015 – Osmar da Silva; 1815 e 1816/2015 – Jonas Nogueira Dias Júnior; 1817, 1818, 1825, 1830, 1831, 1832 e 1833/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 1819 e 1820/2015 – Brás Zagotto; 1824/2015 – Alexandre Andreza Macedo; 1826, 1827, 1828 e 1829/2015 – Alexandre Bastos Rodrigues. **Requerimentos:** 1594 e 1598/2015 – Lucas Moulais; 1597/2015 – Brás Zagotto; 1599/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 1600, 1601, 1602, 1603, 1604, 1607, 1608, 1609, 1610, 1611, 1612 e 1613/2015 – Delandi Pereira Macedo; 1605 e 1606/2015 – Alexandre Bastos Rodrigues; 1614 e 1615/2015 – Luis Guimarães de Oliveira. **Ofícios:** 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605 e 2606/2015 – PMCI – Umberto Batista da Silva Júnior – Coordenador Executivo de Relações Políticas. **Projetos de Lei:** 209, 210 e 211/2015 – David Alberto Lóss; 212/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 213, 214 e 215/2015 – Júlio César Ferrare Cecotti; 216/2015 – Poder Executivo; 217 e 218/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 219 e 220/2015 – Delandi Pereira Macedo; 221/2015 – José Carlos Amaral. **Projetos de Resolução:** 19/2015 – Wilson Dille dos Santos; 20 e 21/2015 – Lucas Moulais. **Projetos de Decreto Legislativo:** 325/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 336, 349, 350, 351, 354 e 357/2015 – Mesa Diretora; 337 e 348/2015 – Carlos Renato Lino; 338/2015 – José Carlos Amaral; 339, 340 e 342/2015 – Leonardo Pacheco Pontes; 341, 343 e 344/2015 – Wilson Dille dos Santos; 345, 346 e 347/2015 – Brás Zagotto; 352 e 353/2015 – Júlio César

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2

Ferrare Cecotti; 355 e 356/2015 – Delandi Pereira Macedo; 358/2015 – David Alberto Lóss. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Passa a palavra ao cerimonial para a concessão de Homenagem Especial ao ciclista Alexandre Silva Cardoso, que alcançou uma grande conquista para o Município de Cachoeiro de Itapemirim. / **Mestre de Cerimônia:** — Registra que o Presidente Júlio Ferrare e demais vereadores sentem-se honrados em receber a todos, em especial o cidadão cachoeirense que tem se destacado na prática do ciclismo, conquistando diversos campeonatos e, assim, enaltecendo o nome de Cachoeiro. Convida o homenageado Alexandre Silva Cardoso para tomar assento ao lado da tribuna. / A seguir, foram executados os Hinos Nacional Brasileiro e o do Município de Cachoeiro de Itapemirim. / **Mestre de Cerimônia:** — Passa a palavra ao Presidente Júlio César Ferrare Cecotti, autor da homenagem. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Inicia dizendo que é um privilégio homenagear um dos grandes nomes do esporte cachoeirense, o ciclista Alexandre Silva Cardoso, que, este ano, já conquistou mais de quarenta títulos no Espírito Santo e no Brasil, inclusive dois campeonatos estaduais nas modalidades de mountain bike e speed e também a medalha de bronze no Campeonato Brasileiro de Mountain Bike. Ressalta que o Alexandre já dedicou mais de trinta anos ao esporte, perdendo a conta das medalhas que conquistou e, apesar de todo esse sucesso, continua sem patrocínio, sendo obrigado a arcar com as despesas para competir, contando com o apoio dos amigos. Lembra que o custo com o ciclismo é alto e, mesmo assim, o Alexandre continua se esforçando e se superando a cada dia mais. Destaca que, no próximo final de semana, ele terá a chance de conquistar mais um título para Cachoeiro na Taça Brasil de Ciclismo, competição internacional, a ser realizada no Rio de Janeiro. Frisa que a homenagem prestada pela Câmara tem dois objetivos: demonstrar mais uma vez o reconhecimento ao atleta e, ao mesmo tempo, divulgar a necessidade de o Município apoiar e incentivar a prática de esportes e atividades profissionais de atletas que se sobressaem no cenário estadual e nacional. Esclarece que é necessária uma política pública nesse sentido, sendo um compromisso desta Casa se empenhar para que isso ocorra. Encerra agradecendo e parabenizando o Alexandre pelos títulos conquistados. / **Mestre de Cerimônia:** — Passa a palavra ao homenageado. / **Alexandre Silva Cardoso:** — Agradece a homenagem prestada pela Câmara, manifestando a sua felicidade por representar Cachoeiro, levando o nome da cidade para outros Estados e até para fora do Brasil, o que é muito importante. Agradece ainda as pessoas que o ajudam a competir e a trazer mais títulos para o Município. / **Mestre de Cerimônia:** — Convida o Presidente Júlio César Ferrare Cecotti e todos os vereadores para entregarem a Homenagem Especial a *Alexandre Silva Cardoso*. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Agora, convida para usar a tribuna a Sra. Rogéria, funcionária da Secretaria Estadual de Educação, que se pronunciará sobre a Escola Lions no tempo cedido pelo Vereador Rodrigo Pereira Costa. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Explica que o Elianderson usará a tribuna para expressar a sua preocupação quanto às políticas para os surdos no Município e que a Rogéria, que é tradutora de libras e representa a Secretaria Estadual de Educação, fará a tradução. / **Elianderson Nascimento Silva:** — Informa que os surdos são cidadãos de Cachoeiro como qualquer outro, votam e pagam impostos, mas são excluídos. Registra que os surdos precisam de apoio para formar uma associação e alerta que o passe livre desses deficientes foi cortado

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3

e que não há intérpretes em vários setores da cidade, o que dificulta a comunicação. Finaliza lembrando que a acessibilidade deve ser garantida, de acordo com a Lei 10.436 e com o Decreto 5.626 e que falta respeito para com a comunidade surda. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Fortalece a angústia do Elianderson, que faz parte do Projeto CAS do Lions, onde os surdos se reúnem. Explica que quase todos os surdos estudam em escolas regulares e trabalham em empresas da cidade, tendo uma vida social, mas eles precisam de apoio. Diz que 26/09 foi o Dia Mundial do Surdo e que esteve no Lions participando de uma semana maravilhosa com vários eventos que foram promovidos em comemoração a essa data. Comenta que na sua visita observou a angústia do grupo quanto ao apoio que precisam, já que perderam o passe livre e o valor da verba que o Lions recebe é de 1 mil e 500 reais para dar conta de todo o programa e do espaço. Destaca que tal grupo necessita de uma representação e diz que, junto com o seu advogado, está criando uma associação para os surdos terem força para conquistar o que almejam, viverem bem e serem respeitados pela sociedade. Observa que, no passado, existia dificuldade na comunicação, o que, hoje, não ocorre mais. Saliencia que a Secretaria Estadual de Educação disponibiliza curso de libras e acrescenta ter solicitado à SEDU que ministre um desses para os funcionários da Câmara Municipal, pois é importante que esta Casa faça a inclusão, de maneira a que os surdos possam vir às sessões e entender o que está sendo dito nos discursos, participando efetivamente dos debates. Esclarece que o curso de libras tem a duração de três meses e ensina o básico da comunicação. Frisa que o Elianderson é um rapaz especial e tem lutado para fortalecer a política para os surdos em Cachoeiro, que, em breve, terão a sua associação montada. Segue ressaltando que o grupo de surdos é muito inteligente e capacitado e que, quando esteve no Lions, o diálogo entre eles foi perfeito. Afirma que não existe barreira para a comunicação, sendo o preconceito o maior obstáculo. Reflete que é preciso abrir espaço para que os surdos possam viver dignamente na sociedade. Garante que esta Casa os apoiará e está à disposição para debater e criar leis para favorecer esse grupo nos seus direitos. / **David Alberto Lóss:** — Registra que o Lions construiu a “Escola de Surdos Professor Napoleão Albuquerque”, no Bairro Baiminas, e a equipou muito bem, tendo a mesma funcionado durante muitos anos, mas, devido à inclusão, o Estado a desativou. Questiona a respeito das verbas públicas que chegam para a citada escola e também para a existente no Bairro BNH, chamada “Sebastião Vidaure”, que levam o nome do Lions e foram construídas com recursos da entidade e entregues ao Estado. / **Rosiane Machado Luiz Patrício:** — Responde que a verba vem do Governo do Estado, sendo o último valor repassado na ordem de 1 mil e 500 reais destinado ao sustento da escola até o final do ano. Explica que, antigamente, os alunos surdos estudavam na escola do Lions, mas, depois da lei de inclusão, foram para a escola regular e fazem o atendimento de AEE, no Centro de Atendimento ao Surdo, no Bairro Baiminas. Ressalta que são atendidas duas alunas cegas, alunos da educação infantil e até universitários, no total de quarenta e sete matriculados oriundos de doze Municípios que são atendidos pelo CAS. Frisa que nem todos os alunos que precisam podem estar na escola por causa da parte financeira e também devido ao corte do passe livre, porque as crianças da educação infantil e do ensino fundamental I não podem ir nem voltar para casa sozinhas. Cita que há um aluno surdo, o David, que vai e volta a pé do Bairro Novo Parque

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4

até a escola. Informa que, hoje, quem sustenta o CAS é o Estado. / **David Alberto Lóss:** — Convida a Sra. Rosiane para participar da reunião do Lions e diz que, depois, poderá ser feita uma campanha para ajudar a escola. Cita que o Papa Francisco disse: “Quem não vive para servir não serve para viver”. Lembra que a escola tinha todos os equipamentos e a presença do Lions era forte lá, mas, com a inclusão, o Estado modificou as regras. Finaliza registrando que o Lions tem interesse de retomar a ajuda à escola. / **Rosiane Machado Luiz Patrício:** — Encerra enfatizando que mais de duzentas e noventa pessoas da comunidade fazem o curso de libras intermediário e básico na escola, com grande quantidade de gente circulando por lá. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Passa a palavra ao Sr. Rogério da Silva Athayde, Coordenador Executivo do Procon, que, no tempo de vinte minutos, fará uma explanação sobre a lei dos bancos. Registra que a sessão está sendo transmitida pela Rádio Mania FM. / **Rogério da Silva Athayde:** — Inicia agradecendo o convite para vir a esta Casa e reconhece como oportuno o fato de a Câmara se preocupar com o direito de defesa do consumidor. Registra que os vereadores sempre visitam o Procon, buscando sanar dúvidas e levando até lá alguns consumidores, o que é de suma importância. Informa que foi convidado pelo Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Vereador Delandi, para falar sobre dúvidas com relação aos bancos terem caixas exclusivos para o atendimento prioritário aos idosos. Esclarece que está havendo confusão em Cachoeiro, principalmente nas redes sociais, onde dizem que o Procon do Município inventou uma lei de prioridade aos idosos. Explica que o Procon não tem a prerrogativa de criar leis e que o órgão faz com que seja cumprida a Lei 10.741/2003, o Estatuto do Idoso, que, no seu artigo 3º inciso I, fala sobre o atendimento preferencial, imediato e individualizado junto aos órgãos públicos, privados e prestadores de serviço à população. Lembra que também existe o Decreto 5.296/2004 que regulamenta a Lei 10.048 e diz que está assegurada em todas as instituições financeiras a prioridade de atendimento a pessoas específicas. Comenta que a Lei Municipal 6.601/2013 diz que o atendimento nas instituições financeiras aos maiores de sessenta anos de idade, gestantes, deficientes e pessoas com crianças de colo deve ser feito por senha específica, ofertada no mínimo de 30% do total dos assentos disponíveis, sendo devidamente identificados, estabelecendo o tempo para que sejam atendidos. Enfatiza que o Procon sempre lutou em favor dos consumidores em geral. Destaca que há pouco tempo no Banestes e no Banco do Brasil existiam doze caixas; hoje, essas agências têm apenas quatro e essa diminuição está ocorrendo em todas as instituições financeiras, pois a máquina está substituindo o homem e, conseqüentemente, aumentando o índice de desemprego na cidade, além de prejudicar a população. Ressalta que a Lei 6.601 diz que a fiscalização deve ocorrer de dois em dois meses e que este ano foram realizadas quatro atividades fiscalizatórias em todas as agências bancárias de Cachoeiro, sendo lavrados cinquenta e cinco autos, englobando tempo de espera, atendimento preferencial, falta de banheiro e caixas eletrônicos sem dinheiro nos finais de semana. Explica que os fiscais do Procon atuam em escalas especiais nos finais de semana e o trabalho é feito diariamente. Comenta que, muitas vezes, o consumidor que está na agência bancária aguardando atendimento fica contrariado quando vê um idoso chegando, mas o Procon está fazendo com que prevaleça a lei de espera, que é de vinte minutos em dias normais, trinta minutos em dias específicos e quarenta minutos de acordo com a legislação

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

5

municipal. Esclarece que os consumidores são orientados a procurarem o órgão, mas, se o fiscal não puder ir in loco, no momento da demanda, é sugerido que a pessoa autentique a sua senha e leve até o Procon, com vistas a permitir que o auto de infração seja lavrado. Enfatiza que o órgão procura ao máximo resolver os problemas dos consumidores. Frisa que momentos como este na Câmara e também através da imprensa são necessários para divulgar o direito do consumidor, somando-se ao Procon Itinerante, pois, unidos, será possível resolver os problemas da sociedade. Parabeniza a Câmara por fomentar a discussão desse problema que está incomodando os consumidores cachoeirenses. / **Delandi Pereira Macedo:** — Agradece os esclarecimentos prestados pelo Dr. Rogério e diz que os vereadores também são alvos de críticas por não tomarem certas decisões que envolvem o Município. Destaca que, anteriormente, os bancos disponibilizavam um caixa exclusivo para idosos, deficientes e gestantes, mas esse sistema mudou e a prioridade da senha para qualquer caixa é dessas categorias citadas. Explica que essas pessoas devem ter prioridade e questiona o porquê de o Procon não exigir um caixa específico para atendê-las. Lembra que os demais consumidores vão até os bancos com pressa, porque estão trabalhando e buscam atendimento no horário de almoço. Salaria que muitos idosos, aproveitando-se da prerrogativa da prioridade no atendimento, prestam serviços para escritórios, indo para a fila com muitos documentos a pagar e tomando um tempo considerável dos caixas, o que leva ao aumento das filas. / **Rogério da Silva Athayde:** — Evidencia a obrigatoriedade de ser disponibilizado um caixa específico para os idosos, de acordo com lei federal – Estatuto do Idoso, e que se o Procon não exigir isso ferirá a legislação federal. Afirma que o Procon não pode resolver a questão do idoso que está trabalhando para escritórios e vai para os bancos com muitos documentos. Lembra que a cada dia os bancos diminuem o número de funcionários e quanto mais crise melhor para as instituições financeiras. / **Delandi Pereira Macedo:** — Diz que o problema não é o idoso fazer serviços de escritório nos bancos. Questiona que atitude o Procon está tomando para que os bancos cumpram o que determina a lei sobre o tempo de permanência do usuário dentro da instituição bancária. / **Rogério da Silva Athayde:** — Informa que o Procon está multando, conforme diz a lei. Repete que só este ano foram emitidos cinquenta e cinco autos e que, se as agências não obedecerem, serão denunciadas ao Ministério Público. Explica que, quando a fiscalização do Procon vai até um banco, não se prende somente ao ponto denunciado, e sim observa todos os aspectos da agência. Cita que em uma denúncia foi constatado que a agência não mantinha a placa com o número do Procon em local de fácil visualização, e isso é bastante combatido pelo órgão. / **Delandi Pereira Macedo:** — Pergunta o valor da multa aplicada aos bancos e se há aplicabilidade na reincidência. / **Rogério da Silva Athayde:** — Explica que o Procon de Cachoeiro segue a lei municipal e a multa começa com 10 mil reais e, em caso de reincidência, o valor dobra. Esclarece que a lei, primeiro, fala sobre advertência, e, depois, vêm as multas calculadas em cima da unidade de referência do Município. / **Delandi Pereira Macedo:** — Questiona se o valor dobra a partir da segunda advertência. / **Rogério da Silva Athayde:** — Responde que sim e diz que não existe limite para a autuação das agências bancárias. Comenta que a Lei Municipal 6.601 não implica em cassação de alvará. / **Delandi Pereira Macedo:** — Pergunta se as multas aplicadas aos bancos foram devido à questão do tempo de atendimento. / **Rogério da Silva**

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

6

Athayde: — Responde que foram devido a várias situações. / **Delandi Pereira Macedo:** — Indaga quantas multas foram aplicadas por causa do tempo de espera. / **Rogério da Silva Athayde:** — Diz que vinte e uma multas foram referentes ao tempo de fila; vinte e três, quanto a atendimento preferencial; onze, a senha, a banheiros não acessíveis e a caixas eletrônicos sem o adequado funcionamento. / **Delandi Pereira Macedo:** — Questiona se as vinte e uma multas foram aplicadas a um mesmo banco ou a diversos. / **Rogério da Silva Athayde:** — Responde que foram a diversas agências onde ocorreram os problemas citados. / **Delandi Pereira Macedo:** — Interroga sobre que banco há mais reclamações. / **Rogério da Silva Athayde:** — Informa que é o Banestes e, depois, a Caixa Econômica Federal. Esclarece que a Lei 6.601 diz que, se o tempo de espera ultrapassar a dez minutos, a multa é de natureza leve – 100 UFCI; de onze a vinte minutos, é de natureza média – 200 UFCI; de vinte e um a trinta minutos, natureza grave – 400 UFCI; acima de trinta minutos – 1.000 UFCI e, em caso de reincidência, as multas previstas serão aplicadas em dobro. / **David Alberto Lóss:** — Pergunta se há um projeto de lei que a Câmara Municipal teria competência para fazer e ajudar o Procon a melhorar o seu trabalho. / **Rogério da Silva Athayde:** — Repete que as agências tinham doze caixas e, agora, têm quatro, mesmo com o aumento da população de Cachoeiro. Comenta que os fiscais do Procon conversam com os gerentes e eles dizem que os bancos oferecem outros serviços pela internet e caixas eletrônicos. Frisa que o órgão não aceita essa desculpa, porque o usuário tem o direito de fazer o serviço que desejar na boca do caixa. Afirma que foi muito oportuna a ideia do Vereador Jonas obrigar o caixa do banco autenticar a senha do usuário no início do atendimento. Diz que o Procon e esta Casa podem construir alguma coisa juntos e destaca que a oportunidade que está tendo aqui é muito salutar, pois é preciso fazer com que os consumidores tenham conhecimento dos seus direitos. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Registra que foi ao banco testar o tempo de espera tendo ficado trinta minutos lá; sua assessora, uma hora de meia. Recorda que duas assessoras suas solicitaram ao caixa do banco que autenticasse as senhas, mas foram informadas de que isso deveria ser pedido antes do início do atendimento e explica que, por tal razão, propôs uma emenda à Lei 6.601, de iniciativa do Vereador Júlio Ferrare. Informa que a sua emenda visa a autenticação da senha para gerar um efeito psicológico, ou seja, o banco saberá que o consumidor terá esse documento em mãos para utilizá-lo contra a agência. Comenta que um gerente de banco disse que não pode ser colocado um caixa preferencial para atender os idosos, porque o Procon exige que eles sejam atendidos independente disso. Lembra que nos supermercados há caixas preferenciais para atender idosos, gestantes e deficientes, sendo que a Lei 10.048 assegura, em todas as instituições financeiras, prioridade a pessoas que especifica. Segue enfatizando que tal lei diz que repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário às pessoas a que se refere. Relata que funcionários dos bancos estão questionando se a lei só vale para as agências bancárias que são fiscalizadas, pois os supermercados podem ter caixas preferenciais e o banco não. Destaca que o seu interesse é o consumidor, que não pode ficar uma hora e meia na fila do banco. Lembra que é o consumidor que está atribuindo a demora no atendimento aos idosos e diz que esse argumento não procede. Salieta que os bancos alegam que a demora nas filas

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

7

ficou maior depois que o Procon passou a exigir o cumprimento da lei para o idoso, o que sacrifica os demais usuários. Reflete que os bancos devem disponibilizar mais caixas, atendendo aos idosos e as demais pessoas no prazo previsto na lei. Cita que a Lei 6.601 diz que, havendo reincidência, as multas previstas serão aplicadas em dobro e argumenta sobre a possibilidade de apresentação de uma emenda prevendo a cassação do alvará de funcionamento das instituições nesses casos. Acentua que, segundo o Dr. Rogério, o consumidor deve procurar o Procon para denunciar e acrescenta que o Ministério Público tem recebido denúncias quanto à desobediência aos autos de infração. / **Rogério da Silva Athayde:** — Esclarece que não é desobediência aos autos, e sim o descaso, por exemplo, de uma agência que é multada pela quinta vez em cima da mesma situação. Explica que, após a aplicação do auto de infração, a decisão é mandada para a Secretaria da Fazenda, através da qual é feita a cobrança e o banco terá que pagar, sendo isso comunicado ao Ministério Público. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Questiona qual o objetivo de denunciar o banco ao Ministério Público. / **Rogério da Silva Athayde:** — Diz que algumas agências bancárias já foram chamadas ao Ministério Público e assinaram TAC's, a fim de que a situação fosse resolvida, a exemplo da falta de acessibilidade e de banheiros. Explica que essa é uma ferramenta para tentar resolver a questão. / **Delandi Pereira Macedo:** — Comenta que o Procon ou qualquer órgão público que multa uma instituição deve fazer o encaminhamento ao Ministério Público, dando ciência do fato. / **Rogério da Silva Athayde:** — Pontua que o Procon não procede dessa forma e que o Código de Defesa do Consumidor não fala sobre isso. Ressalta que envia algumas demandas ao Ministério Público para que o órgão possa ajudar o Procon. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Observa que o Procon fiscaliza e aplica multas de valor elevado. / **Rogério da Silva Athayde:** — Esclarece que as multas são aplicadas, conforme a capacidade econômica das empresas. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Questiona se não está havendo excesso quanto à cobrança sobre os idosos e se não existe um caminho alternativo para que a população seja atendida. Atesta que solução pode ser colocar mais caixas nos bancos, mas há gerentes que fizeram isso e questionam se vai resolver o problema. Enfatiza que, se há reincidência com relação ao descumprimento da lei, a agência seja multada semanalmente, pois, talvez, o banco esteja se acomodando, porque é multado no valor de 10 mil, 14 mil reais e demora um longo tempo para que nova multa lhe seja aplicada. Comenta que amigos seus que moram em Vila Velha e em outros Municípios disseram que o Procon de suas cidades não age dessa forma. Sugere que o Procon divulgue mais a Lei 6.601 para que os consumidores possam exigir, por exemplo, que o caixa do banco autentique a senha. Questiona se a disponibilização de caixa preferencial para os idosos realmente fere a lei federal. Aponta que as autuações realizadas são poucas, diante das muitas reclamações dos usuários quanto ao tempo perdido na fila. Reflete que é preciso encontrar uma solução para esse problema do consumidor, vez que as providências tomadas atualmente não estão resolvendo. / **Rogério da Silva Athayde:** — Questiona se o vereador disse que Vila Velha e outros Municípios não respeitam o Estatuto do Idoso. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Esclarece que tem amigos que são gerentes de bancos em Vila Velha e eles lhe disseram que lá os idosos não são atendidos na hora em que chegam às agências e que o Procon não cobra isso. Lembra que o Procon intensificou a cobrança de

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

8

prioridade no atendimento para os idosos. Afirma que do jeito que as coisas estão funcionando não há solução para o consumidor e que, se for preciso, o Procon deve aplicar multas todos os dias ou aumentar o valor das mesmas. / **Rogério da Silva Athayde:** — Registra que as palavras do Vereador Jonas mostram que o Procon de Cachoeiro está trabalhando de forma correta, isso sem querer criticar o trabalho dos Procons de outras cidades. Lembra que em Vitória a meia-entrada não é fiscalizada, conforme ocorre em Cachoeiro, e que, além disso, o Procon daqui há muito tempo segue a lei federal referente ao atendimento individualizado e imediato aos idosos. Ressalta que o Procon cobra o caixa individualizado, inclusive a lei fala sobre a disponibilização dos dois tipos de caixas. Informa que o órgão está usando um parâmetro da lei municipal para aplicar multas pesadas e cita que há quinze dias houve uma denúncia sobre o tempo de espera na fila, mas, quando o Gerente de Fiscalização, o Ricardo, compareceu ao banco, não constatou o problema. Esclarece que há períodos de picos nos quais a população sofre mais, como no início do mês, quando é feita uma fiscalização mais intensa. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Comenta que no período de pico há uma tolerância de trinta minutos. Repete que, da forma como as coisas estão, o consumidor está ficando prejudicado e é preciso buscar uma solução efetiva para o problema. Comenta que a ação do Procon não pode ser apenas via denúncia, e sim permanente. / **Rogério da Silva Athayde:** — Afirma que o Procon realiza fiscalização periódica e, quando há denúncia, o órgão vai até o local averiguar o que está acontecendo. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Lembra que ligou para o Procon e lhe foi dito que não havia fiscal para ir até o local. / **Rogério da Silva Athayde:** — Explica que o fato de o fiscal não ir ao local no momento da denúncia não tira o direito do consumidor que, de posse da sua senha autenticada, pode ir até o Procon, se identificando ou de forma anônima, e fazer a sua reclamação, que o órgão vai autuar o banco. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Pede que o Dr. Rogério fale sobre a publicidade da lei. / **Rogério da Silva Athayde:** — Diz que o Procon trabalha o máximo possível com publicidade e que, em breve, o órgão terá um site. Registra que tem sido dada publicidade à Lei 6.601 nas mídias sociais e nas ferramentas disponíveis. / **José Carlos Amaral:** — Agradece à Rádio Mania FM, que está transmitindo a sessão, e diz o Sr. Juca, morador do Bairro Santo Antônio, pediu que perguntasse ao chefe do Procon se poderia lhe enviar cópia de alguma multa paga por um banco. Esclarece essa solicitação, destacando que, segundo afirmou o Sr. Juca, nenhum banco pagou multa até hoje em Cachoeiro. Alerta que estão falando muito sobre os bancos e questiona sobre as lotéricas, os pronto-atendimentos, que são sucursais de bancos, e os Correios, pois esses órgãos também não respeitam os idosos. Denuncia que várias lotéricas não têm a placa de atendimento preferencial para o idoso e indaga se o Procon já multou alguma delas. / **Rogério da Silva Athayde:** — Responde que já multou. Ressalta que recebeu denúncia de que o painel eletrônico dos Correios não estava funcionando e a situação foi fiscalizada. Salaria que são feitas fiscalizações rotineiras a bancos, cooperativas de crédito e similares. / **José Carlos Amaral:** — Declara que onde há um alto nível de autuações é preciso haver multas. Esclarece que neste país quem paga multa são os pobres e as pequenas empresas, e não os banqueiros. / **Delandi Pereira Macedo:** — Comenta que compensa para o banco pagar a multa de 10 mil reais a cada seis meses, pois fica mais caro disponibilizar um caixa

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

9

que custa cerca de 2 mil e 500 reais por mês. Diz que é preciso aumentar o valor das multas, pois, do contrário, as coisas vão continuar como estão. / **Rogério da Silva Athayde:** — Informa ao Sr. Juca que enviará um relatório para o Vereador Amaral, mostrando que os bancos pagam multas sim. Cita que os bancos não são multados de seis em seis meses, pois, de dois em dois meses, são feitas fiscalizações, de acordo com a lei municipal. Explica que o banco pode ser autuado hoje e, se necessário, amanhã também, já que essa é a ferramenta de trabalho do Procon. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Indaga se é de competência do Procon a fiscalização sobre a lei dos biombos, que devem ser instalados entre o caixa e as pessoas que estão esperando atendimento. Questiona também se todos os bancos estão cumprindo essa lei e se já foi feita alguma notificação pelo não cumprimento da mesma. / **Rogério da Silva Athayde:** — Responde que a lei omitiu quem faria essa fiscalização e, como envolvia construção, ficou para o Setor de Posturas, que tem realizado esse trabalho, inclusive já foram feitas algumas autuações. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Diz que queria saber quem fiscaliza essa questão para cobrar. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Diz que ouviu atentamente o que foi dito pelo Dr. Rogério e lembra que o Banco Central é o principal órgão que fiscaliza as agências bancárias públicas e privadas. Comenta que gostaria de saber qual é a posição do Banco Central quanto a essa situação que ocorre em nível de Brasil. Ressalta que todas as vezes que foi feito projeto na Câmara Municipal com relação a bancos diziam que era inconstitucional, porque é o Banco Central que rege essas decisões. Pergunta se para uma fiscalização rigorosa, legal e constitucional o Banco Central não deveria ser acionado. / **Rogério da Silva Athayde:** — Frisa que existe o Sindex, que é um convênio entre o Procon de Cachoeiro e o do Estado, com a Secretaria de Justiça e com o Ministério da Justiça, sendo computadas todas as demandas existentes aqui, inclusive aquelas com relação aos bancos. Esclarece que em março é dada publicidade a essas demandas no Município, sendo feito um ranking de todas as empresas que tiveram as reclamações fundamentadas atendidas e as não atendidas. Explica que Cachoeiro contribui para o ranking nacional de problemas e é de acordo com esse ranking que o Banco Central pune as agências bancárias nacionalmente. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Questiona se já foi fixada alguma penalidade para bancos em cima do que é demandado pelos Municípios. / **Rogério da Silva Athayde:** — Responde que, quando o Banco Central toma uma providência, é generalizada, porque o problema ocorre em todo o Brasil. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Pontua que não tem observado a ação do Banco Central, vez que as reincidências ocorrem por todo o Brasil. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Indaga para onde é direcionado o valor das multas que são aplicadas. / **Rogério da Silva Athayde:** — Responde que é para o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor. Esclarece que o Procon tem vários projetos, como o que prevê dar publicidade às demandas, o site e as cartilhas dando informações. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Comenta que o Procon tem verba e pode divulgar a Lei 6.601, através de um folder a ser distribuído nas portas dos bancos. / **Rogério da Silva Athayde:** — Afirma que o Procon faz esse tipo de divulgação. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Destaca que há uma informação importante no Jornal O Fato que diz: “As tarifas cobradas pelos oito maiores bancos do país nos últimos três anos cresceram até 169%, percentual 8,6 superior à inflação para o mesmo período”. Relata que, hoje, há uma insatisfação por parte dos bancos, porque

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

10

acham que estão sendo apertados; por sua vez, os consumidores também estão insatisfeitos devido à demora para serem atendidos. Conclui que, no final, será preciso escolher uma das partes, no caso, os bancos, para ser apertada, de maneira a que o consumidor possa ser atendido a contento. / **Leonardo Pacheco Pontes:** — Questiona se existe algum tipo de fiscalização quanto a hotéis que praticam preços através do site. Registra que observou que vários hotéis da Grande Vitória, no site, cobravam um valor e, quando o cliente ligava para confirmar a reserva feita online, o atendente informava que não era o que estava na internet. / **Rogério da Silva Athayde:** — Diz que isso se trata de propaganda enganosa e fere o direito do consumidor. Alerta que, com a publicidade que está no site ou papel que se recebe nas ruas, pode ser feita a denúncia, já que esses instrumentos são contratos que as empresas estão firmando com a pessoa e os mesmos devem ser cumpridos. Informa ainda que o Procon de Cachoeiro tem competência para autuar uma empresa em qualquer lugar do Brasil. Esclarece que um consumidor que se sentir ofendido em qualquer parte do país pode fazer sua reclamação no Procon Municipal de Cachoeiro, que está funcionando muito bem. / **David Alberto Lóss (Presidente em exercício):** — Encerrado o debate, pede ao Dr. Rogério que faça as suas considerações finais. / **Rogério da Silva Athayde:** — Agradece o convite do Vereador Delandi para vir à Câmara prestar esses esclarecimentos e diz que esta Casa e o Procon devem estreitar os laços para tentar resolver algumas questões. Ressalta que muitos direitos dos consumidores são feridos e que luta diariamente para que informações sobre o assunto sejam passadas a todos. Diz que está trabalhando em um projeto dentro do Conselho de Defesa do Consumidor, que administra o fundo municipal, com o objetivo de criar um site para que as reclamações possam ser feitas online e diz acreditar que isso funcionará dentro de seis meses. Comenta que gostou da ideia do Vereador Jonas de dar publicidade à Lei 6.601 e que serão feitos novos materiais de divulgação. Agradece ao Vereador David que abriu um interessante canal de comunicação na rádio. Informa que faz palestras em escolas do Município para alunos de oito anos até os de ensino superior e que inclusive, na semana passada, foi até a Multivix falar sobre super endividamento. Encerra dizendo que está à disposição desta Casa de Leis. / **David Alberto Lóss (Presidente em exercício):** — Comunica que o Pequeno Expediente será suprimido. / Em seguida, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que ocuparam a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / **David Alberto Lóss:** — Inicia dizendo que há projetos interessantes tramitando na Casa, como os dos Vereadores Maitan, Wilson e Osmar, que já passaram pelo procurador e pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Parabeniza o Lions Frade e a Freira que, hoje, está completando trinta e sete anos e é o segundo clube de Cachoeiro em termos de antiguidade. Destaca que o Código Rodoviário, discutido em audiência pública, receberá emendas e será votado em breve. Informa que houve audiência pública para a discussão da proposta que trata de serviço ambiental, fiscalização e infrações e que será feita uma emenda substitutiva, ou seja, outro projeto, com prioridade para votação. Alerta que, se for aprovado o projeto substituto com os cento e vinte e quatro artigos, feito a partir do que foi discutido na audiência pública, a proposta inicial estará morta. Comenta que a Câmara solicitou ao Poder Executivo a realização de outra audiência pública antes da votação do projeto e lembra que ele só entrará em vigor no próximo ano. Registra que o projeto do REFIM, que é muito

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

importante, está certo e pronto para ser votado. Segue homenageando a Sra. Sônia Luzia Coelho Machado, destacando que ela foi uma das melhores professoras de literatura de todos os tempos em Cachoeiro, além de excelente secretária de Educação, e diz que o seu falecimento é uma grande perda para o Município. Continua o seu discurso, fazendo a leitura do texto “Ganhei Coragem”, do autor Rubem Alves que era poeta, cronista, contador de história, ensaísta, teólogo, acadêmico, autor de livro para crianças e psicanalista, ou seja, uma sumidade, um dos maiores pensadores do Brasil moderno, nascido em 13/09/1933 e falecido em 2014, com 81 anos de idade. Finaliza dizendo que, sozinha, uma pessoa não é capaz de tomar certas atitudes, mas em grupo sim e afirma que o coletivo lhe dá medo. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Começa dizendo que sempre cobra e procura ser exigente da tribuna desta Casa para que o povo de Cachoeiro tenha um melhor atendimento, mas também é humilde para agradecer quando recebe respostas a seus pedidos. Registra que tem conseguido atendimento para indicações que fez referentes ao Distrito de Córrego dos Monos e aos Bairros Basiléia, BNH, Jardim Itapemirim entre outros. Agradece ao Romário pela atenção que tem dado aos seus pedidos e afirma ser esse o papel que todo secretário deveria cumprir. Informa que o Secretário Romário recolocou no lugar um poste com duas luminárias que havia sido derrubado por um caminhão no local onde os moradores da comunidade descem do ônibus à noite e também instalou outras duas luminárias em dois postes em um beco que era muito escuro. Ressalta que o setor de agricultura e de criação de gado de Córrego dos Monos está sofrendo com a seca e que o Secretário Archanjo deu a atenção que os produtores daquele distrito precisavam, o que tanto tem pedido da tribuna da Câmara. Reforça que os secretários devem dar total atenção ao povo, pois ganham para isso. Diz que fica feliz quando as coisas funcionam e que oposição igual a sua deveria existir em todo o Brasil, já que é voltada para o bem, e não para o mal. Registra que as coisas estão começando a funcionar em Córrego dos Monos e que o povo deseja ver as pessoas da prefeitura saírem do lugar e começarem a trabalhar. Agradece também ao Secretário Braz que tem atendido as suas solicitações rapidamente e já terminou uma obra em Córrego dos Monos. Ressalta que esteve no Bairro São Geraldo, no departamento de arquivo da prefeitura, procurando o documento de um terreno público desapropriado na época do então prefeito Theodorico de Assis Ferraço para a construção de uma quadra poliesportiva em Córrego dos Monos. Diz que fez ofício para que tudo fique oficializado e quem recebeu foi o servidor Flávio. Explica que, na época, devido ao conhecimento técnico, Ferraço observou que o tal terreno não seria viável para a construção de uma quadra e transferiu a obra de endereço. Acrescenta que o terreno, de 4.800 metros quadrados, estava disponível e a prefeitura liberou para que fosse colocada no local a máquina que classifica tomate, sendo utilizada uma pequena parte da área e que o restante está sendo invadido por um indivíduo alegando ter sido autorizado por um secretário da prefeitura. Frisa que, se isso for verdade, denunciará o secretário ao Ministério Público. Solicita que a prefeitura tome providências, porque o citado terreno pertence ao povo e o camarada não pode invadi-lo para, depois, pedir usucapião, seguindo a sugestão de um secretário que não trabalha. Questiona onde já se viu pedir usucapião de terra pública. Pede ao líder do prefeito que o ajude nessa questão. Lembra que a verba para a compra desse terreno saiu da Secretaria de Educação, e não da de Transporte. Conta que, em 2004, o citado

11

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

12

terreno foi dividido em lotes pela Secretaria de Habitação que os doou para as pessoas que não tinham casa e que, em 2005, Roberto Valadão assumiu a prefeitura e embargou a construção no local. Frisa que o povo tem o documento do terreno, mas não pode entrar, mas esse indivíduo invadiu a área. Indaga se o terreno é do povo, que recebeu a doação, ou da prefeitura. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Pergunta o nome do secretário que incentivou a invasão do terreno. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Responde que, embora não tenha medo de secretário nem de prefeito, não vai citar o nome por não ter certeza, já que só ouviu dizer. Finaliza repetindo que aquele terreno foi comprado com verba da Secretaria de Educação, e não com da de Transporte. / **José Carlos Amaral:** — Inicia parabenizando a servidora Maria de Fátima Grilo, que se dedicou a esta Casa por mais de vinte anos e vai se aposentar, sendo seu último dia de trabalho amanhã. Agradece a dedicação da servidora para com os vereadores e lhe pede desculpas, caso tenha se excedido algum dia. Convida os vereadores para visitarem o São Geraldo, onde fica a sucata da prefeitura, para que vejam como carros novos estão se acabando, porque ficam jogados no tempo de qualquer jeito. Diz que vai solicitar ao Ministério Público que seja feita uma inspeção para saber onde estão os motores, caixas de marcha e outras peças daqueles carros que estão se acabando, depois que a prefeitura alugou outros veículos. Segue comentando que o Ministério Público cobra muito dos vereadores, mas também deveria cobrar da prefeitura. Salienta que as denúncias que faz ao Ministério Público precisam ser apuradas, embora, no caso dele, Amaral, vem sendo muito bem atendido por aquele órgão, recebe a resposta e vê que eles estão indo in loco fazer as apurações. Frisa que, portanto, tem que agradecer ao órgão, mas, quando tiver que criticar, o fará. Cita que surgiu a história da Toyota que disseram ter sido roubada, mas que ninguém soube lhe informar a respeito disso. Ressalta que ficou muito triste ao ouvir no jornal que as farmácias populares deixarão de receber dinheiro para subsidiar o acesso ao remédio para as pessoas carentes. Constata que estão acabando com a farmácia popular, frisando que isso é lamentável, pois há muitos que necessitam dela, sendo que várias já estavam atendendo com redução diante da dificuldade de receber o dinheiro do Ministério da Saúde. Informa que tomou conhecimento de outra reportagem que o entristeceu muito, pois o Ministro Arthur disse que a saúde brasileira está em colapso total. Acentua que, diante disso, pensou naqueles pobres hipertensos e diabéticos que precisam tomar muitos remédios. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Explica que o dinheiro do governo acabou e que estão buscando lugares para retirar os recursos. Aponta que há uma fonte inesgotável de recursos no país que seria a legalização do jogo, já que em todo lugar do mundo se joga e há cassinos. Acrescenta que, em vez de ficar buscando dinheiro em cima de aposentados e fechando a farmácia popular, bastaria abrir os cassinos que seria uma loucura com a entrada de recursos. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Ironiza dizendo que daria certo também cobrar imposto em cima das drogas. / **José Carlos Amaral:** — Responde que só faltava isso. Reportando-se ao Presidente Júlio, diz que se ele, Amaral, estivesse à frente da presidência da Câmara colocaria hoje mesmo na rua todos os móveis da Secretaria de Segurança que estão na Casa do Cidadão. Justifica as suas palavras, frisando que estão sendo usadas as dependências da Câmara Municipal para ofertar um atendimento que é o pior possível. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Comunica ao Vereador Amaral que tomou conhecimento de que o ministro

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

da Saúde acabou de ser demitido, por telefone, pela Presidente Dilma. / **José Carlos Amaral:** — Conclui que deve ter sido porque o ministro disse a verdade. Retoma as críticas à Casa do Cidadão, enfatizando que os vereadores acabam pagando um preço muito alto pela citada repartição, a qual chama de famigerada por não estar atendendo o povo como deveria. Diz que o atendimento lá é uma vergonha e que isso acaba denegrindo a imagem da Câmara Municipal, diante do desrespeito para com o ser humano. Lembra a reportagem da TV que mostrou uma senhora idosa do interior que já tinha vindo ao órgão mais de uma vez. Alega que as críticas recaem sobre os vereadores, e não sobre os funcionários que atuam na Casa do Cidadão e chegam e saem a hora que querem; por isso, manifesta a sua disposição em ser o primeiro a ajudar a retirar os móveis de lá e colocar na rua, como se fosse um despejo. Fala sobre o ofício enviado ao diretor do Detran para saber se os carros já estão podendo ficar em depósitos paralelos e se os mesmos possuem a autorização. Frisa que fez esse pedido porque hoje viu um guincho cheio desses veículos indo na direção do Bairro Coramara e de outros cantos, sendo que desconhece essa liberação. Registra que esteve em Jabuticabeira e ouviu de várias pessoas a reclamação sobre uma máquina de secar café que está em Campos Elísios, na casa do Meneguelli, sem ser usada para atender a ninguém. Segue dizendo que mandou fotografar essa situação, até porque é também de seu conhecimento que uma fábrica de farinha montada pelo governo em Monte Alegre apodreceu no tempo sem que sequer um aipim tenha passado por dentro dela. Repete que ouviu essas reclamações e que ainda lhe perguntaram se os vereadores não fiscalizam isso, e já adianta que enviará até a filmagem ao Ministério Público, assim como essa história da fábrica de farinha. Denuncia que muitos daqueles que vendem hortifruti para a prefeitura, dizendo-se produtores rurais, estão comprando em Pedra Azul e na Ceasa. Diz ainda que muitos produtos que estão na feira são comprados da Ceasa quando deveria ser dada prioridade ao produtor rural e que, para levantar essa questão, acompanhará as citadas feiras na madrugada, anotando e fotografando a placa dos carros para ver de onde são. Repete que vendem produtos para a merenda escolar, passando-se por produtores rurais, mas que ele, Amaral, está de olho, porque sabe que o atravessador não pode vender nada para ninguém aqui, ou seja, o sujeito produz ou não produz. / **Aparteando Carlos Renato Lino:** — Diz que a máquina de pilar café de fato foi instalada em Pedra Lisa e atende principalmente os pequenos produtores, fazendo a colheita rapidinho e, por essa razão, fica um pouco parada. / **José Carlos Amaral:** — Responde que foram os pequenos produtores mesmos que fizeram a denúncia e que o colega vereador, que é representante daquela área, deve passar lá para dar uma olhadinha. / **Aparteando Carlos Renato Lino:** — Compromete-se a fazer isso. / **José Carlos Amaral:** — Acentua que também recebeu umas fotos mostrando que onde a máquina está não há nenhum vestígio de palha de café e nada referente a esse produto, não havendo digital como ocorre quando um ladrão entra em uma residência. Cita que ouviu essa denúncia do Sr. Jair e de várias outras pessoas da região. Pede que o colega Ratinho veja isso para ele e enfatiza que o seu desejo é ver a máquina atendendo, inclusive está feliz porque suas palavras estão sendo transmitidas pela rádio e alguém pode estar ouvindo. Frisa que o cheiro que existe lá não é de café, e sim de sucata. Discorre sobre uma solicitação que recebeu de vários moradores do Bairro Coronel Borges, de perto do Polivalente, dando conta de que não estão suportando mais a catanga de

13

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

14

esgoto e de podre; assim, comunica já ter entrado em contato com a Odebrecht, pedindo providências e citando que há muito tempo jogavam naquele trecho lixo e entulho de obras. Comenta que sempre faz questão de registrar isso porque, quando lhe perguntam se pediu providências, tem a ata para confirmar as suas palavras e que, mesmo em fim de carreira, está nas ruas recebendo as reclamações. Registra que, se alguém estiver triste com o partido por não ter recebido os valores prometidos ou apoio, o Democratas está de portas abertas, assim como o PSD e outros que compõem o bloco, para recebê-lo, sendo que ele, Amaral, se dispõe a abonar a ficha. Finaliza destacando que o Vereador Elias será bem acolhido no PSD. / **Delandi Pereira Macedo:** — Inicia fazendo menção a dois projetos de lei que deu entrada na Casa, sendo um reconhecendo como manifestação cultural a música gospel e os eventos a ela relacionados. Diz que, ao lado de outras músicas que tocam na rádio e embalam os lares e a vida das pessoas, a música gospel tem grande importância, cresceu muito alcançando reconhecimento em nível nacional e que sua proposta visa fazer o mesmo na esfera municipal, já que a Lei Rubem Braga fala do incentivo a duplas e bandas. Registra que o trabalho de edificação promovido pela música gospel é grande e que o Município tem se destacado com cantores e compositores dessa área até mesmo em nível internacional. Segue citando que, assim como na história da Música Popular Brasileira há o Roberto Carlos, existem cantores gospel de destaque, como o Anderson Freire e o Juninho, que é um compositor de mão cheia, com músicas gravadas pela Aline Barros, Bruna Carla e Cassiane. Discorre sobre outro projeto de lei de sua iniciativa, o qual apresentou na cerimônia referente ao Dia do Idoso e que trata exatamente da documentação exigida das pessoas dessa faixa etária no transporte coletivo urbano. Lembra que o Estatuto do Idoso já garante a gratuidade no transporte coletivo urbano em todo o país a partir dos sessenta e cinco anos de idade e, em Cachoeiro, é a partir do sessenta anos, conforme Lei 5.898/2006. Registra que recebeu reclamações de que alguns usuários têm sido constrangidos por não terem o Cartão do Idoso, muitas vezes, sendo convidados a se retirarem do coletivo, caso não paguem a passagem. Salaria que o projeto de lei que apresentou garante aos idosos a gratuidade, mesmo sem a apresentação do Cartão do Idoso, desde que tenham a Carteira de Identidade ou a Carteira Nacional de Habilitação, que possuem fotos. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Registra que esse conceito se coaduna com a viagem interestadual. Comenta que sua mãe viaja muito para São Paulo, ela apresenta a identidade e faz o agendamento para as duas vagas destinadas aos idosos, sem a necessidade de um cartão específico. Alerta que a feitura de cartão traz custo para o Município e aumenta a burocracia, sendo mais simples apresentar a Carteira de Identidade. Parabeniza o Vereador Delandi pela iniciativa do projeto para simplificar as coisas em favor dos idosos. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Ressalta que essa burocracia aumenta o custo, porque é preciso disponibilizar mais funcionários para atender as pessoas que têm direito a essa gratuidade. / **Delandi Pereira Macedo:** — Solicita que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação dê o parecer a esse projeto rapidamente, de maneira a que a necessidade dos idosos seja atendida. Diz ter estranhado quando recebeu uma ligação do secretário de Meio Ambiente, informando que aquele projeto eivado de vícios, apesar de a retirada do mesmo para os acertos ter sido definida em reunião, seria enviado para votação e que também manteve contato com o Umberto Júnior, o qual lhe

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

15

comunicou que a citada matéria seria apreciada hoje. Frisa que deixou claro que o projeto requereria tempo para análise, mas que agora ficou feliz depois de conversar com o Vereador David, porque houve consenso e será feito o procedimento necessário para acertar o projeto que muda a legislação do meio ambiente. Comenta que o Município está passando por dificuldades financeiras devido à arrecadação baixa e diz que ficou sabendo que há um projeto do Governo Municipal para mudar algumas temáticas de atendimento no setor de saúde, inclusive foi noticiado que o pronto-atendimento de Itaoca funcionará apenas doze horas por dia, o que preocupou a população do distrito. Segue alertando que o setor que menos pode ser mexido é o da saúde, até porque cerca de cinquenta profissionais dessa área já foram demitidos. Frisa que Itaoca fica a cerca de trinta quilômetros da sede do Município e essa distância pode causar a morte de alguém que necessite de socorro. Observa que o prefeito está preocupado com o atendimento à saúde e, em breve, vai ser inaugurado o pronto-atendimento do Bairro Marbrasa, evitando que pessoas do Bairro Aeroporto e região busquem atendimento no PA Paulo Pereira. Apela ao prefeito e ao secretário de Saúde que, se há pretensão de fechar o pronto-atendimento de Itaoca, cortem em outras áreas, obras ou qualquer coisa, menos no setor de saúde. / **Aparteando Wilson Dillem dos Santos:** — Destaca que o funcionamento do pronto-atendimento de Itaoca durante as 24 horas diárias é importante, porque recebe demandas de outras comunidades, como São Vicente, Soturno, Pacotuba, Coutinho, Burarama, Conduru e Alto Moledo, além de ser uma região altamente industrializada e com grande densidade populacional e eleitoral, que muito contribui para a economia do Município. Alerta que o prefeito precisa repensar sobre o fechamento do pronto-atendimento de Itaoca. / **Aparteando Rodrigo Pereira Costa:** — Declara que ainda não ouviu ninguém comentar sobre o fechamento do PA de Itaoca e diz que, se essa informação for verdadeira, será um equívoco muito grande por parte de quem está tomando essa decisão. Ressalta que os Vereadores Delandi e Wilson foram corretos em suas falas sobre a importância do pronto-atendimento para o povo de Itaoca e que não conseguiu ver logística no encaminhamento das pessoas de Pacotuba, Coutinho e Conduru para serem atendidas no pronto-atendimento do Bairro Marbrasa. Informa que recebeu uma ligação de uma moradora de São João da Lancha, comunidade carente, reclamando que não há mais atendimento de saúde naquele local uma vez por mês como ocorria. Lembra que isso também aconteceu com as comunidades de Tijuca e Retiro. Analisa que a Comissão de Saúde precisa dialogar com o secretário dessa pasta para que aquele pronto-atendimento não seja desativado. / **Aparteando Alexandre Andreza Macedo:** — Esclarece que o pronto-atendimento não será fechado, mas que se pensou em fazê-lo funcionar pelo período de 12 horas diárias. Comenta que teve uma reunião com o prefeito e com o secretário de Saúde, ocasião em que comunicaram a demissão de alguns funcionários, o que não vai comprometer o atendimento no PA. / **Delandi Pereira Macedo:** — Agradece ao Vereador Alexandre pela notícia e diz que Itaoca não pode continuar pagando um alto preço, passando por grandes dificuldades. Analisa que o Vereador Alexandre sofre mais do que ele e o colega Wilson, já que mora em Itaoca. Destaca que o povo de Itaoca já sofre muito com a poeira e o trânsito, e agora fica comprovado que houve a conversa de que o pronto-atendimento passaria a funcionar apenas 12 horas por dia, e isso prejudicaria o povo do distrito e da região. Sugere que os vereadores unam forças para tratar

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

da questão da saúde e também das obras paradas em Itaoca, a exemplo daquela do ginásio. Reflete que é preciso deixar as arestas políticas de lado e unir forças para dar uma resposta ao povo de Itaoca, que já não acredita mais na política e, por consequência, isso pode prejudicar o processo de reeleição dos vereadores. Frisa que não é responsabilidade do vereador fazer nem tocar obras, o que cabe aos Governos Municipal e Estadual. Pontua que Cachoeiro tem três deputados: Ferraço, Marcos Mansor e Rodrigo Coelho, que podem comprar as brigas da Região Sul do Estado. Encerrando o seu pronunciamento, questiona sobre a força política dos vereadores e diz que compete ao governador olhar o macro, mas que os deputados precisam estar atentos às necessidades da Região Sul, devendo ser, portanto, cobrados para que ajudem a resolver o problema de Itaoca. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Inicia solicitando ao Vereador Elias que o ajude a saber onde realmente são aplicados os recursos oriundos de convênios de algumas obras já executadas em Cachoeiro. Relata que os recursos já foram enviados pela Caixa Econômica Federal, através de convênios, para serem repassados às obras da passarela do Bairro Caiçara, da adequação do manilhamento dos Bairros Alto Monte Belo e Nossa Senhora da Glória, da escadaria do Zumbi, da ponte do Distrito de São Vicente e da drenagem no Aeroporto. Diz que recebeu uma informação dando conta de que já foram pagos 106 mil 256 reais em obras já executadas pela Construtora Roma, não estando claro em qual delas foi aplicado o recurso. Registra que na sua visão a obra mais importante é a da passarela do Bairro Caiçara, onde nada foi iniciado. Questiona ao Vereador Elias se existe alguma chance de essa passarela ser iniciada até o final de 2015. Segue enfatizando que acompanha com muito entusiasmo a proposta do Tribunal de Justiça para a implantação do Botão do Pânico no Espírito Santo, que é o pioneiro no desenvolvimento desse projeto que está servindo de exemplo para outros Estados, inclusive já existem Municípios tomando essa iniciativa. Explica que o Botão do Pânico tem uma grande validade para a proteção da mulher, que é tão massacrada. Ressalta que o Jornal A Gazeta de domingo e de segunda-feira trouxe duas matérias importantes sobre a violência doméstica, mostrando que o Espírito Santo está em segundo lugar no Brasil com relação a esse tipo de crime, lembrando que o nosso Estado já figurou em primeiro lugar. Pontua que ocorreu um encontro no Centro Universitário São Camilo, do qual o Vereador Maitan participou, onde a Dra. Hermínia mostrou a sua preocupação quanto aos Municípios do Espírito Santo não aderirem a essa proposta tão importante para salvaguardar as mulheres que sofrem com a violência doméstica, cujo índice é altíssimo. Destaca que o custo para a realização desse convênio não é tão elevado para o Município. Observa que o que mais o assusta é o fato de os Municípios não se mostrarem interessados em implantar o Botão do Pânico, quando o pontapé inicial foi dado pelo Estado do Espírito Santo, através do Tribunal de Justiça, inclusive esse projeto recebeu o Prêmio Inovare como pioneiro no Brasil. Registra que apenas Vitória implantou esse sistema e oitenta dispositivos estão funcionando, com 100% de resultado positivo. Relata que as pessoas que usam esse dispositivo são atendidas prontamente, em 4, 5 minutos, através de convênio firmado com a Polícia Militar. Comenta que o atendimento mais demorado desse convênio foi no tempo de 10 minutos, mas a polícia chegou a tempo de flagrar a agressão e prender o agressor, fazendo valer o que determina a Lei Maria da Penha. Frisa que o Botão do Pânico intimida o agressor e lembra que, depois da sua primeira fala na

16

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

17

Câmara a esse respeito, em 2013, quando encaminhou correspondências para o Tribunal de Justiça, através da Dra. Hermínia, para o INTP, para a Dra. Ancila Zanol e para o Prefeito Carlos Casteglione, o Município começou a se movimentar. Depois de Vitória, diz acreditar que Cachoeiro sairá na frente na implantação do Botão do Pânico, graças ao desejo dos Poderes Legislativo e Executivo. Explica que o 9º Batalhão da Polícia Militar poderá atender os nove Municípios vizinhos de Cachoeiro com esse tipo de tecnologia. Clama que a administração municipal abra a porta para que o convênio seja firmado junto ao Tribunal de Justiça e ao Governo do Estado ainda em 2015, de maneira a que Cachoeiro saia na frente, dando exemplo no Espírito Santo. Reforça que não pode aceitar que outros Estados e Municípios do Brasil abracem essa causa tão nobre, enquanto Cachoeiro, que foi pioneiro, fique a ver navios. Informa que protocolou na Câmara um projeto de lei tratando da possibilidade de que esse convênio seja firmado. Finaliza dizendo que torce para que o Espírito Santo e Cachoeiro saiam das manchetes sobre a violência doméstica. / **Elias de Souza:** — Começa dizendo ao Vereador Amaral que ligou para o Secretário Archanjo, pessoa capaz, idônea e trabalhadora, para falar sobre a denúncia referente às duas máquinas de secar café, sendo que uma está em Alto Boa Vista e a outra em Pedra Lisa. Elogia o Vereador Amaral por ter adiantado que irá in loco verificar se a denúncia que recebeu procede e esclarece que as duas máquinas cedidas pelo Município aos produtores estão instaladas. Diz que, como é uma parceria entre o Município, os trabalhadores e produtores rurais, o gerenciamento dessas máquinas coube a esses dois últimos segmentos, sendo que a de Boa Vista não foi colocada para funcionar ainda devido à seca, sem contar que se faz necessário montar a parte elétrica, e isso não é barato. Esclarece que essa é uma responsabilidade dos produtores e que a de Pedra Lisa, ao contrário, estava funcionando, mas, diante da estiagem muito grande que atingiu todo o Cachoeiro de Itapemirim, eles decidiram, em assembleia, desligá-la, porque não seria interessante para o Município em função dos custos, já que foi um ano ruim para a produção de café. Acentua que, para o ano que vem, há expectativa de que essas máquinas funcionem melhor para dar assistência aos produtores. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Lembra que em sua fala deixou claro que não havia nenhuma palha perto da máquina e que isso mostra que procedem suas palavras. / **Elias de Souza:** — Concorda, repetindo que este ano a máquina não funcionou. Quanto ao projeto relativo ao setor de meio ambiente, diz que esteve na audiência pública e, ao tomar ciência de que o governo retiraria a proposta, questionou, achando estranho. Justifica a sua posição, ressaltando que a Câmara fez uma audiência com o objetivo de debater a proposta e buscar alternativas para a mesma. Dessa forma, indaga o porquê de quererem retirar a matéria, destacando que, com as ideias daquelas pessoas que participaram da audiência e dos vereadores, poderiam consertar o projeto. Pontua que até questionou o Secretário Paulo, discordando dessa iniciativa por ter percebido, naquela audiência pública, que basicamente o segmento presente era o de rochas ornamentais e não se pode ficar refém de só um grupo que representa apenas 18% dos que necessitam de licenciamento. Analisa que não se pode retirar o projeto com base apenas em questionamentos levantados por um segmento específico e que, em respeito a esta Casa, deve-se colocar o projeto em votação sim, alterando-o, melhorando-o, emendando-o de forma aditiva ou supressiva. Reforça que não é por conta da

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

18

opinião de duas, três pessoas que o governo pode retirar um projeto que é de interesse da população e que, nesse caso específico, é preciso discutir com as Comissões de Justiça e de Meio Ambiente e com o conselho para aprimorar a proposta, sem deixar de votá-la por causa da grita de um empresário. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Cita que o que chamou a atenção foi que não só esse segmento como também juristas entenderam que a lei de 2006 tinha cento e vinte e quatro artigos, enquanto a atual se limita a vinte, porque remetia ao prefeito o ponto da regulamentação. Esclarece que agora voltaram os cento e vinte e quatro artigos, porque tudo o que era para o prefeito regulamentar já está no corpo da lei. Menciona que não houve questionamento quanto à estrutura da lei, porque ela é boa e que o foco da discussão foi que muita coisa que cabia à Câmara legislar foi passada para o prefeito, embora ele, David, ache que parte desses procedimentos pode ser através de regulamentação. Conclui que o seguro morreu de velho e que o Prefeito Casteglione não será eterno; portanto, pensando assim, foi interessante ver tudo colocado na lei e não deixado para regulamentação. Acentua que essa questão foi levantada pelo Vereador Delandi e acabou ganhando força na audiência. Comunica que será feita outra audiência, porque em todos os julgados do Tribunal esse termo aparece no plural, ou seja, “audiências”, cabendo ao Poder Executivo fazer também a dele, o que já foi marcado para permitir a votação do projeto no dia 20/10 de forma robustecida. Lembra que uma emenda substitutiva, pelo Regimento da Casa, tem preferência na votação e, sendo ela aprovada, o projeto original desaparece. / **Elias de Souza:** — Concorde com o Vereador David e registra que, da forma que chegou para ele, o projeto seria retirado e, assim, cairia por terra tudo o que foi feito até agora, sendo por isso que não aceitou a retirada do mesmo. Considera que o melhor caminho seja o de melhorar a proposta. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Frisa que, infelizmente, o projeto estava eivado de erros e, dessa forma, as mudanças que a Câmara viesse a fazer, através de emendas, não seriam adequadas, vez que o escopo da matéria necessitava também de alterações. Repete que a maioria dos itens vinha com a proposta de decreto, e não no corpo da lei, sendo mais produtivo que o Poder Executivo retire a matéria e a refaça dentro daqueles critérios, retornando-a, então, para avaliação da Câmara. Diz ainda que futuramente o Executivo poderia ser questionado por não ter feito audiência pública, o que traria problemas para os dois Poderes. Diante disso, atesta que a retirada foi decidida em consenso com vistas à feitura dos acertos, sem imposição da parte dos vereadores nem do Executivo, representado pela Secretaria de Meio Ambiente, evitando-se aquela história de remendo novo em saco velho, o que não daria certo. / **Elias de Souza:** — Ressalta que acompanhou a audiência pública, mas reconhece que o Vereador Delandi tem um conhecimento maior do que o dele quanto às questões do meio ambiente; mesmo assim, sente-se preocupado por saber que não é possível ultrapassar aquilo que determina a lei federal, e na proposta era visível que a maioria dos artigos se reportava a tal legislação. Esclarece que o prefeito não fará o que não for de sua competência, evitando ferir as legislações estadual e federal. Repete que o que chegou ao seu conhecimento é que o projeto será retirado, sem contar a informação dada pelo Vereador David de que a matéria tramitará nessas condições com emenda substitutiva, o que será o melhor caminho. Segue discorrendo sobre o comentário feito dando conta de que, para resolver a situação financeira do país, bastaria regulamentar os cassinos, os jogos de bicho e

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

19

de azar. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Lembra que uma penada do Presidente Dutra acabou com os jogos no Brasil e que uma canetada da Presidente Dilma pode liberar novamente os cassinos no país, o que seria uma maravilha diante desse estado de pobreza. / **Elias de Souza:** — Indaga se os colegas sabem por que isso não acontece no Brasil e esclarece que é devido ao fato de os deputados estaduais e federais serem eleitos com esse dinheiro. Frisa que esse é o recurso que financia diversas campanhas políticas no Brasil, sendo que as mesmas empresas que estão na Operação Lava-Jato doaram 1 milhão de reais para a Dilma e 1 milhão e meio de reais para o Aécio. Destaca que as notas recebidas pela Presidente Dilma são amaldiçoadas. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Salaria que a culpa não é dos cassinos. / **Elias de Souza:** — Prossegue dizendo que as notas recebidas pelo Aécio foram benzidas pelo papa, já que não as investigaram. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Acentua que Punta del Este vive do jogo. / **Elias de Souza:** — Contrapõe-se a esse argumento, afirmando que não se regulamenta nada disso no Brasil, porque há interesses políticos e é nesse meio que se busca dinheiro para fazer campanhas brilhantes, de envergadura, que garantem a alguns uma maior chance de ganhar a eleição. Afirma que essa manobra está mais do que provada e que aqueles que alegam que gastaram 5 mil reais na campanha podem ter na verdade gasto 50 mil reais. Finaliza citando que para ele não existe jogo de azar e que a legalização dos cassinos não acontecerá no Brasil, porque financia uma gama de políticos profissionais que se reelegem há anos com o dinheiro sujo da corrupção. / **Leonardo Pacheco Pontes:** — Manifesta a sua alegria com o processo do Programa Minha Casa Minha Vida que está avançando e registra que só nesse fim de semana tomou conhecimento de que três pessoas dos Bairros Zumbi, Otto Marins e Vila Rica, que são muito necessitadas, receberam a correspondência para participarem do sorteio. Ressalta que os beneficiados são uma viúva pensionista, uma mãe solteira e outra divorciada que também cria o filho sozinha. Frisa que é justiça levar essas moradias para quem de fato necessita delas. Diz que essas residências são no Conjunto Marbrasa e no Bairro Gilson Carone, havendo ainda um terceiro conjunto sendo concluído, de maneira a que se vê que, apesar de toda a problemática envolvendo essas obras, a justiça será feita mais cedo ou mais tarde, dentro da legalidade, como é o direito de todos. Segue reportando-se ao Vereador Luis Guimarães concordando quando ele disse que o Secretário Romário está cumprindo com sua obrigação, mas acrescenta que é muito melhor ver que, além de estar fazendo o que lhe compete, o faz de maneira benfeita. Salaria que, enquanto esteve secretário da SEMDES, sempre disse aos servidores que estaria lá de passagem e que eles ficariam; por isso, deveriam fazer o melhor possível e, diante de uma problemática, buscar fazer até o impossível. Frisa que o braço social daquela secretaria é grande e que sem os servidores ele acaba ficando encolhido. Cita que há outros secretários também agindo dessa forma, a exemplo do Archanjo, o qual considera muito organizado e centrado. Acentua que nem sempre as posições tomadas pelo secretariado atendem às necessidades dos vereadores e os seus pensamentos, mas quem já esteve no lugar de secretário, como aconteceu com alguns colegas da Câmara, sabe que uma coisa é o que se idealiza; outra, o que pode ser feito. Segue discorrendo sobre a atuação dos Vereadores Delandi e Wilson, respectivamente nas Secretarias de Meio Ambiente e de Serviços Urbanos, assim como o David, que foi secretário de Educação há algum tempo.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

20

Reflete que, depois de ter passado por aquela pequena experiência na Ilha da Luz, sabe tirar o chapéu quando vê um secretário fazer um bom serviço. Cita que também o Vereador Fabrício passou por várias secretarias e tem conhecimento do que ele está falando. Registra que esteve conversando com amigos que conhecem bem a política de Cachoeiro de Itapemirim e que, quando se elegeu, em 2009, eram treze vereadores, passando, depois, para dezenove, ocasião em que tiveram representantes na Câmara o PR, DEM, PDT, PT, PSB, PV, PSC, PRB, PTB, PROS, PHS, Solidariedade e o PDT. Frisa que sempre é dito, diante desse quadro, que a Câmara poderia eleger um prefeito, mas que, quando chega a hora H, não dá liga. Alerta que a Casa precisa pensar sim com muita consciência nessa possibilidade. / **Aparteando Luis Guimarães de Oliveira:** — Explica que isso acontece porque, às vezes, o sujeito quer namorar e esquece de perguntar se a menina quer. Cita que sempre defendeu a ideia de que a Câmara apresente um candidato seu, porque possui a maioria dos votos, pena que acontece o racha, e o cargo fica para aqueles que não trabalham pela cidade, a exemplo de alguns deputados que já anunciaram suas candidaturas. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Alerta que agora serão quatro ou cinco candidatos para brigar um com outro dentro da Câmara. / **Aparteando Alexandre Bastos Rodrigues:** — Informa que há quatro meses tomou a iniciativa de convidar todos os vereadores na sua casa e se lançou como pré-candidato, da mesma forma que já fizeram o Júlio, o Wilson, o Maitan, o Amaral e o Jonas, sem contar o Léo, que é um bom concorrente. Diz que a sua pretensão continua, embora saiba das dificuldades, já que na última hora surgem os mandachuvas para direcionarem para lá e para cá. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Afirma que, se Ferraço disser que não será candidato, ele, Amaral, será, e, se não concordarem, que briguem na justiça, pois não permitirá que o seu partido seja vendido. Acentua que não tem rabo preso com essa gente e que a vida toda defendeu o partido, razão pela qual não permitirá mais que aconteça aquilo que se viu na época do Glauber Coelho quando, quase aos noventa minutos, chutaram o traseiro de todo mundo. Lembra que certa vez deixou de se candidatar a vice-prefeito para que o Maitan o fizesse. / **Leonardo Pacheco Pontes:** — Analisa que na Câmara são várias siglas que representam personalidades e pensamentos diferentes e que há divergências históricas, políticas e ideológicas, mas existe também uma coisa que os une, que é Cachoeiro de Itapemirim. Cita o texto bíblico que diz que “é maior aquele que está em nós do que aquele que está no mundo”, ou seja, o desejo que faz parte deles de atuarem em defesa de Cachoeiro supera as divergências. Frisa que, na campanha de 2012, quando estavam em lados opostos, saía do Bairro Santo Antônio quando se deparou com um grupo de pessoas, entre as quais estavam o Amaral e o Glauber Coelho, tendo ocorrido uma confraternização entre eles. Salaria que em 2008 ele esteve junto com o Glauber na campanha que ajudou a eleger o Castiglione. Conclui que, às vezes, as diferenças mínimas acabam afastando as pessoas, assim como muitas já se separaram na campanha de Castiglione, insatisfeitas com algumas posições tomadas. Recorda que, em 2012, o Vereador David manifestou a sua preocupação com os vereadores do PT devido à coligação que fora feita, mas que a majoritária, naquele momento, precisava de sacrifícios, sendo que sabe que também do outro lado houve rugas e descontentamento, pois pessoas ligadas ao Glauber cruzaram os braços. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Registra que já retribuiu ao Vereador Léo quando estava na bola de pau

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

21

e, ao ver passar a equipe de campanha do colega, pediu a seus amigos que votassem nele para deputado federal. / **Leonardo Pacheco Pontes:** — Diz que a vinda do ex-governador a Cachoeiro ontem lhe trouxe à memória a constatação de que coisas pequenas acabam atrapalhando o resultado final. Encerra salientando que, apesar de serem do PT, ele e o Elias não mandam no partido, assim como outros colegas que são lideranças partidárias não têm o controle permanente de suas siglas e, portanto, não possuem o domínio completo da situação, mas de alguma forma podem contribuir para que o destino da cidade tenha mais comprometimento e as mãos dos vereadores da Câmara. / **Alexandre Bastos Rodrigues, levantando questão de ordem:** — Lembra que o Vereador Léo tocou no assunto da vinda à cidade do ex-governador Renato Casagrande, com o qual ele, Alexandre, esteve em Vitória gravando o programa do PSB e ouviu dele sua satisfação com a acolhida que recebeu no Município pelo que agradece a todos os vereadores e também pede desculpas por não ter acompanhado a entrega de todas as comendas devido a outro compromisso na capital. / **José Carlos Amaral, levantando questão de ordem:** — Reportando-se ao presidente, diz que a Casa tem o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município que precisam ser cumpridos e alerta que a prefeitura, até o presente momento, não enviou a LDO, cujo prazo se encerra amanhã, dia 30/09. Reclama que, assim, a LDO chegará na última hora e que no próximo dia 15 o orçamento também deverá ser enviado. Analisa que, havendo complicações futuras com o orçamento, vão culpar a Câmara. Afirma que o atraso na entrega da LDO complica a vida de todo mundo e que deve ter alguém na prefeitura que não sabe ler o que dispõe a LOM. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Inicia dizendo que foi cobrado pelos colegas vereadores por ter se alongado quando da presença do diretor do Procon aqui, mas que isso deve acontecer sempre que houver questões que exijam a discussão e o levantamento de todas as demandas. Acrescenta que, mesmo assim, entendeu o posicionamento dos demais vereadores. Segue reportando-se à fala do Vereador Léo quanto à candidatura a prefeito, frisando que costuma dizer que há trinta candidatos e que, nesse universo, encontram-se pessoas muito capacitadas e experientes, cada uma com sua história, com totais condições de se eleger. Assim, aproveita o momento para comunicar que também já colocou o seu nome à disposição do presidente do PV, o Valdir Fraga, como pré-candidato a prefeito, o que será avaliado na convenção interna do partido. Discorre sobre a Lei 7.217/2015 que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação, o qual levantou muita polêmica no que diz respeito à ideologia de gênero, tema esse efervescente pelo Brasil afora, enquanto que aqui não havia nada explícito diretamente a isso, sendo retirado do projeto tudo o que gerou determinadas dúvidas. Comunica que ainda não ouviu a secretária de Educação, mas que chegou ao seu conhecimento que determinado pai, numa creche ou escola municipal, se deparou com cartazes com a informação: “pai pai, mãe mãe” e tudo mais relacionado à união homoafetiva. Acrescenta que esse pai, quando questionou a supervisora, ouviu dela a resposta de que isso estava previsto no Plano Municipal de Educação. Frisa que esse fato aconteceu recentemente, e não na época da votação do projeto, o que lhe causou estranheza. Assim, de posse da informação sobre em qual escola se deu essa situação, conversará com a secretária de Educação, porque isso não está previsto no Plano Municipal e não pode fazer parte de nenhum tipo de divulgação ou estímulo. Acentua que respeita a opção sexual das pessoas,

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

22

embora, como cristão, tenha a sua linha de pensamento já externada e, por conta disso, não poderá se calar, se confirmado esse tipo de divulgação. Pede aos vereadores que levantem informações nesse sentido e também, como as sessões estão sendo transmitidas pela rádio, que aqueles que tiverem vivenciado essa situação enviem o nome da escola para que a Câmara decida se é necessário convidar a secretária de Educação para prestar esclarecimentos. Diz que algum servidor que compartilha dessa ideia, mesmo sabendo que ela não foi adiante, pode estar fazendo esse tipo de coisa sem dar conhecimento ao Município. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Lamenta que fatos envolvendo a implantação da ideologia de gênero realmente estejam ocorrendo nas escolas. Segue registrando que, na próxima semana, dará entrada em projeto de lei tornando oficial a comemoração dos Dias das Mães e dos Pais, respectivamente em maio e agosto, incluindo-os no calendário das escolas. Frisa que podem dizer que esse é um projeto cobra d'água, mas não é, já que as escolas este ano não fizeram essa comemoração alegando tratar-se de uma orientação nacional. Avisa que estão pretendendo tirar da cabeça das crianças a figura paterna e materna, como se elas não tivessem tanta importância, inserindo a do cuidador. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Comenta que se comprometeu a buscar informações junto à Secretaria de Educação sobre isso e soube que, hoje, se comemora o Dia da Família sob a justificativa de que, como há crianças que têm dois pais ou duas mães, não desejam constrangê-las. Analisa que isso é a ditadura da minoria em detrimento da maioria. Com relação ao que foi tratado aqui sobre os bancos pelo coordenador do Procon, informa que fez um projeto de emenda à Lei 6.601, que regula o tempo de atendimento nas agências bancárias, para que o caixa autentique as senhas entregues ao consumidor, sem imposição de multa. Frisa que esse projeto já recebeu parecer favorável do Procurador, o Dr. Pedro, e que acredita que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação vai se posicionar da mesma forma, considerando tratar-se de uma prerrogativa do Poder Legislativo. Pede que esse projeto seja incluído na pauta do dia para apreciação. / **Aparteando Leonardo Pacheco Pontes:** — Comenta que levou quarenta anos para ser pai e, agora, o Dia dos Pais não é mais comemorado nas escolas. Diz que a explicação que recebeu foi a de que há muitas crianças que não têm pai nem mãe, sendo criadas por avós, tias etc.. Conta que há aluno adolescente de uma escola que tem duas mães, porque a mãe foi até o cartório e fez uma união estável com outra mulher, e há outro com dois pais. Adverte que cada um é que deve cuidar da sua família e reforça que é preciso manter a comemoração dos Dias dos Pais e das Mães, porque isso cria um vínculo afetivo e psicológico muito importante para o desenvolvimento da criança e do adolescente. / **Aparteando Fabrício Ferreira Soares:** — Afirma que não se pode cortar os Dias dos Pais e das Mães e que os casais homossexuais devem participar dessas comemorações e enfrentar a situação para que a sociedade entenda essas novas famílias. Frisa que o ser humano sempre nasceu de casais de sexos diferentes e defende que a escola deve falar da família tradicional, conforme se está acostumado, e também dos novos contornos familiares. Ressalta que não se pode parar de falar sobre família apenas para evitar constranger o homossexual, que deve buscar o seu espaço na sociedade, encarando as pessoas. Declara que não pode ser acusado de homofobia por querer ensinar ao seu filho que a criança nasce de um homem e de uma mulher. Diz que por defender isso não pode ser

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

23

tachado de preconceituoso com relação a casais formados por pessoas do mesmo sexo, que, hoje, muitas vezes, vivem melhor do que casais constituídos por homem e mulher. Comenta que estão querendo fazer legislações diferentes para modificar o conceito de família simplesmente para dizer que não são homofóbicos. Segue destacando que só quando mudar a forma de uma criança ser concebida haverá a justificativa para alterar essas leis. Explica que, daqui a pouco, vão também propor mudança de leis diante da possibilidade de haver alienígenas. Afirma que é preciso acabar com a discussão entre a bancada evangélica e a dos homossexuais, pois parece uma guerra santa. Defende a posição da bancada evangélica com relação à família, pois, do contrário, as escolas vão incentivar as meninas a gostarem de meninas e os meninos de meninos. Diz que tem um filho de um ano e teme que ele seja incentivado a beijar na boca de outro menino, só para não dizerem que ele é homofóbico. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Lembra que os grupos formados por essas minorias são altamente organizados e estão infiltrados nos conselhos, principalmente no CONAE – Conselho Nacional de Educação. Destaca que, com o apoio da grande mídia, a qual tem o maior interesse nesse assunto, esses infiltrados querem impor seus conceitos. Enfatiza que tem o maior respeito por qualquer pessoa, seja ela homossexual ou transexual. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Aponta que está tramitando no Congresso Nacional o Estatuto das Famílias, que a considera a união de um homem e de uma mulher, conforme está na Constituição Federal e é um princípio cristão, mesmo desagradando os grupos que defendem o contrário. Finaliza dizendo que esse estatuto tem como objetivo proteger o conceito da família, formada por um homem e por uma mulher, mesmo sabendo que hoje existem uniões e até casamentos, autorizados pelo Conselho Nacional de Justiça, de pessoas do mesmo sexo. / **Rodrigo Pereira Costa, levantando questão de ordem:** — Pede a inclusão na pauta do dia dos Projetos de Lei 213, 214 e 215/2015. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acata o pedido. / Passamos ao **Horário das Lideranças.** / **Delandi Pereira Macedo (PSC):** — Registra que realizou uma homenagem a mais de vinte radialistas e agradece a sua equipe e também a Luciana, que lhe deram apoio. Destaca que é radialista há mais de vinte e seis anos e que a homenagem foi um momento importante, com a participação de Mauri Cardoso, que faz rádio há cinquenta e dois anos, e de Nelson Pereira, ambos emocionados. Cita que Mauri Cardoso comentou que iria morrer sem receber uma homenagem como a que foi realizada aqui. Encerra lamentando a ausência dos vereadores e diz que a divulgação não foi suficiente. / **José Carlos Amaral:** — Registra que o Mauri Cardoso, o Vereador Delandi e outros radialistas merecem o seu apoio, mas há alguns oportunistas que não merecem nada; por isso, não se fez presente. Conclui dizendo que foi melhor ele não ter vindo aqui para não brigar. / Passamos à **Ordem do Dia.** / **José Carlos Amaral, levantando questão de ordem:** — Solicita ao presidente que as matérias sejam apreciadas em bloco, com exceção do projeto do REFIM. / **Jonas Nogueira Dias Júnior, levantando questão de ordem:** — Pede ao presidente que seja incluído na pauta do dia o Projeto de Lei 191/2015. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acata os pedidos dos Vereadores Amaral e Jonas. / **Elias de Souza, levantando questão de ordem:** — Solicita ao presidente a inclusão na pauta do dia dos Projetos de Lei 187, 189 e 196/2015. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acata o pedido. Registra que o projeto do

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

REFIM será apreciado em separado, a pedido do Vereador Amaral. / **José Carlos Amaral, levantando questão de ordem:** — Solicita ao presidente que os Projetos de Lei 187, 189 e 196/2015 também sejam votados em separado. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acata o pedido. / A seguir, **foram aprovadas**, em bloco, por unanimidade dos presentes, **as seguintes matérias: Requerimentos: Enviando Votos de Congratulação:** 1594/2015 – Lucas Moulais; 1599/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 1600, 1601, 1602, 1603, 1604, 1607, 1608, 1609, 1610, 1611, 1612 e 1613/2015 – Delandi Pereira Macedo; 1606/2015 – Alexandre Bastos Rodrigues; **Regime de Urgência** para apreciação do Projeto de Lei 216/2015 – Poder Executivo; **Projetos: de Lei: 168/2015 – David Alberto Lóss** (Altera a redação do artigo 1º da Lei Municipal 856, de 17/12/1963, e dá outras providências); **191/2015 – Jonas Nogueira Dias Júnior** (Altera a redação dos artigos 2º e 4º da Lei 6.601, de 10/02/2012, que dispõe sobre o tempo de atendimento nas instituições bancárias no Município de Cachoeiro de Itapemirim, e dá outras providências); **213/2015 – Júlio César Ferrare Cecotti** (Dispõe sobre exigência de laudo técnico dos equipamentos de diversão instalados nos locais que especifica, e dá outras providências); **214/2015 – Júlio César Ferrare Cecotti** (Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização do Protocolo de Avaliação do Frênulo da Língua gratuitamente em todos os recém-nascidos nos berçários das maternidades no Município de Cachoeiro de Itapemirim); **215/2015 – Júlio César Ferrare Cecotti** (Dispõe sobre a obrigatoriedade das farmácias, drogarias e unidades de saúde a manterem à disposição do público, para consulta, a lista atualizada de medicamentos gratuitos e a lista de farmácias conveniadas ao Programa de Distribuição de Medicamentos); **de Decreto Legislativo: concedendo Comenda Cláudio Dias da Silva:** 325/2015 – Rodrigo Pereira Costa, 340/2015 – Leonardo Pacheco Pontes, 343/2015 – Wilson Dillem dos Santos, 345/2015 – Brás Zagotto, 348/2015 – Carlos Renato Lino, 352/2015 – Júlio César Ferrari Cecotti e 354/2015 – Mesa Diretora; **concedendo Honraria Pelo Dia do Maçon:** 336/2015 – Mesa Diretora; **concedendo Comenda Glauber da Silva Coelho:** 341/2015 – Wilson Dillem dos Santos, 342/2015 – Leonardo Pacheco Pontes, 347/2015 – Brás Zagotto, 349, 350 e 351/2015 – Mesa Diretora e 356/2015 – Delandi Pereira Macedo; **concedendo Comenda Arildo Valadão;** 358/2015 – David Alberto Lóss; **concedendo Homenagem Especial:** 357/2015 – Mesa Diretora; **concedendo Título Empresa Amiga da 3ª Idade ou Amigo da 3ª Idade:** 337/2015 – Carlos Renato Lino, 338/2015 – José Carlos Amaral, 339/2015 – Leonardo Pacheco Pontes, 344/2015 – Wilson Dillem dos Santos, 346/2015 – Brás Zagotto, 353/2015 – Júlio César Ferrari Cecotti e 355/2015 – Delandi Pereira Macedo. / Logo após, **foi aprovado**, por unanimidade dos presentes, **o Projeto de Lei 189/2015 – Poder Executivo** (Autoriza o Poder Executivo Municipal a administração e regulamentação das Feiras Livres da Agricultura Familiar de Cachoeiro de Itapemirim, e dá outras providências). / Na sequência, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 187/2015 – Poder Executivo** (Dispõe sobre a criação de cargos e vagas na estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, e dá outras providências) * com Emenda Modificativa à Ementa, aposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. / **José Carlos Amaral:** — Registra que existe um comentário de que, amanhã, a prefeitura deverá demitir cerca de cento e cinquenta pessoas e questiona como, diante disso, o governo quer criar novos cargos.

24

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

25

Declara que não pode votar a favor desse projeto, se a prefeitura mandou gente embora para diminuir gastos. / **David Alberto Lóss:** — Esclarece que o artigo 3º desse projeto extingue seis cargos de assessor de área para assuntos de agenciamento de crédito e cria quatro para atender ao BANDES, o que é necessário. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Afirma que isso é trocar seis por meia-dúzia. / **David Alberto Lóss:** — Relata que solicitou o impacto financeiro que esse projeto vai criar e ele só poderia ser votado aqui com esse documento. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Salienta que estão sendo extintos seis cargos, mas, amanhã, o povo dirá que a Câmara criou cargos e, por isso, votará contra o projeto. / **David Alberto Lóss:** — Afirma que não vê nada demais nesse projeto. / **José Carlos Amaral:** — Diz que o seu medo é que, quando a imprensa divulgar, as pessoas digam que os vereadores criaram cargos e repete que o seu voto será contrário ao projeto. / Posto em votação o **Projeto de Lei 187/2015**, acima descrito, **foi aprovado** por doze votos contra cinco do plenário. **Votaram a favor:** Alexandre Andreza Macedo, Carlos Renato Lino, David Alberto Lóss, Elias de Souza, Ely Escarpini, Fabrício Ferreira Soares, Jonas Nogueira Dias Júnior, Leonardo Pacheco Pontes, Lucas Moulais, Osmar da Silva, Rodrigo Pereira Costa e Wilson Dillem dos Santos. **Votaram contra:** Alexandre Bastos Rodrigues, Alexandre Valdo Maitan, Delandi Pereira Macedo, José Carlos Amaral e Luis Guimarães de Oliveira. / **Seguem justificativas de voto.** / **José Carlos Amaral:** — Destaca que a imprensa marrom, amanhã, não vai dizer que foram extintos seis cargos e criados quatro, e sim que foram criados cargos; por isso, votou contra o projeto. / **David Alberto Lóss:** — Cita que Napoleão dizia que o único general que ele não conseguiu derrotar foi o “general imprensa marrom”. / Prosseguindo, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 196/2015 – Poder Executivo** (Institui o Programa de Recuperação Fiscal Municipal V – REFIM V, no Município de Cachoeiro de Itapemirim). / **José Carlos Amaral:** — Diz que esse projeto é muito importante para as pessoas que têm bens penhorados, como fogões e geladeiras, pois elas poderão parcelar seus débitos. Registra que ele, Amaral, está impedido de votar esse projeto pela Lei Orgânica do Município, porque tem ação na Justiça contra a prefeitura referente a IPTU e, portanto, possui interesse nessa questão. Frisa que, enquanto o Casteglione for prefeito, não pagará IPTU, porque levaram o seu nome para a Justiça devido ao imposto da casa 27 e também da 47, que é do Sr. Sebastião dos Santos Escarpini, inclusive ocorrendo a penhora de bens. Informa que vai se abster de votar nesse projeto. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Defende o Vereador Amaral, dizendo que o colega já comentou sobre isso em outras sessões. / **David Alberto Lóss:** — Registra que vai votar a favor desse projeto, já que o mesmo ajudará as pessoas que passaram por fases difíceis e, agora, poderão acertar a dívida, não sendo cobrados juros nem correção, além de poderem contar com o parcelamento. Diz acreditar que de cada cem pessoas que devem oitenta e cinco não pagam, porque não têm condições. Observa que essa será a oportunidade de as pessoas físicas e jurídicas acertarem suas dívidas e obterem a certidão negativa. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Brinca dizendo que vai votar a favor do projeto, porque precisa ajudar o Vereador Amaral. / **José Carlos Amaral:** — Registra que continuará não pagando IPTU e que já está brigando na Justiça há sete anos. / Posto em votação o **Projeto de Lei 196/2015**, acima descrito, **foi aprovado** por dezesseis votos, registrada a abstenção do Vereador José

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”

